

Capítulo 9

**EDUCAÇÃO NA MODERNIDADE:
UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA
E OS DESAFIOS DA ESCOLA NA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**



EDUCAÇÃO NA MODERNIDADE: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA E OS DESAFIOS DA ESCOLA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Cláudio da Costa¹

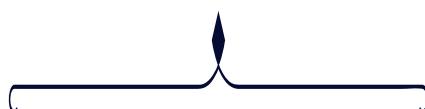
Resumo: O objetivo deste estudo é analisar a educação na modernidade, levando-se em consideração a análise sociológica e os desafios da escola na sociedade contemporânea. À medida que as salas de aula se tornam cada vez mais diversas, os educadores são encarregados de criar ambientes inclusivos que respeitem e celebrem as diferenças culturais. Isso envolve não apenas adaptar métodos de ensino para atender às necessidades de alunos diversos, mas também implementar currículos que reflitam uma ampla gama de perspectivas e experiências. As escolas também devem enfrentar preconceitos e estereótipos que podem dificultar a educação inclusiva, garantindo que todos os alunos se sintam valorizados e apoiados em sua jornada de aprendizagem. Programas que visam promover a competência cultural entre educadores e alunos podem desempenhar um papel crucial na promoção da compreensão e aceitação dentro da comunidade escolar, levando, em última análise, a uma experiência educacional mais rica para todos os envolvidos.

Palavras-chave: Educação. Modernidade. Sociedade Contemporânea. Desafios.

INTRODUÇÃO

Na sociedade moderna, as escolas desempenham um papel social crucial na formação de cidadãos críticos e conscientes. A educação deve se estender além de simplesmente fornecer informações; ela deve promover o pensamento crítico que capacita os alunos a questionar e avaliar as realidades que habitam em um mundo cheio de desafios. Essa metodologia é essencial, pois prepara

¹ Doutorando em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University (VCCU)



os alunos para se envolverem em sua cidadania de forma ativa e responsável. Para conseguir isso, as escolas precisam priorizar a qualidade das interações entre alunos, professores, pais e administradores, criando uma atmosfera democrática e inclusiva. Portanto, o desenvolvimento de cidadãos críticos é uma obrigação compartilhada, com as escolas sendo essenciais na busca por uma sociedade mais justa e equitativa.

O desenvolvimento de uma sociedade pluralista e respeitosa depende dos elementos cruciais de inclusão e diversidade na educação. As escolas devem agora implementar práticas que promovam a aceitação e a valorização das diferenças, entendendo que a diversidade abrange muito mais do que apenas ter alunos com deficiências ou de várias origens étnicas. No entanto, desafios significativos persistem para alcançar a inclusão educacional, incluindo políticas públicas insuficientes e treinamento inadequado para educadores para efetivamente abordar essa diversidade. Para abordar essas questões, é vital que as instituições educacionais empreendam iniciativas que garantam o envolvimento de todos os alunos, honrando sua individualidade e promovendo uma atmosfera escolar mais colaborativa e harmoniosa.

As escolas servem não apenas como locais para educação acadêmica, mas também como espaços cruciais para interação social e coexistência. Dentro desse cenário, as crianças cultivam suas identidades e forjam conexões sociais, aprendendo a abraçar a diversidade e colaborar efetivamente. Por meio de suas interações com colegas e professores, os alunos ganham os valores éticos e morais necessários para uma participação bem-sucedida na sociedade. No entanto, é importante que as escolas reconheçam os desafios que podem surgir durante esse processo, incluindo questões de indisciplina e conflitos culturais. Ao promover uma atmosfera segura e inclusiva, as escolas aprimoram a experiência de aprendizagem e também equipam os alunos para se tornarem cidadãos que apreciam e defendem a coexistência pacífica e o trabalho em equipe.

Um dos desafios mais urgentes que as escolas modernas enfrentam é a influência da tecnologia na educação. A introdução de ferramentas digitais no ambiente de aprendizagem permitiu a criação de um espaço educacional mais envolvente e interativo, facilitando uma interação mais profunda do



aluno com o material. No entanto, a integração bem-sucedida dessas tecnologias é frequentemente ilusória. Vários educadores lutam para ajustar seus métodos de ensino, e os alunos frequentemente se distraem com a vasta quantidade de informações disponíveis online. Consequentemente, é essencial que as escolas formulem estratégias que não apenas incorporem a tecnologia, mas também promovam o pensamento crítico e as habilidades analíticas nos alunos, equipando-os para um mundo cada vez mais dominado pelos avanços digitais.

O presente estudo apresenta a seguinte problemática: como encontra-se a educação na modernidade, levando-se em consideração a análise sociológica e os desafios da escola na sociedade contemporânea?

Um desafio prevalente no ambiente escolar é a desigualdade social e seus efeitos no aprendizado. O acesso à educação de qualidade é diretamente influenciado por disparidades econômicas e sociais, que sustentam um ciclo de exclusão evidente nos resultados acadêmicos. Alunos vindos de comunidades carentes frequentemente encontram obstáculos substanciais, incluindo recursos de ensino insuficientes, infraestrutura precária e a necessidade de entrar no mercado de trabalho em tenra idade. Essa situação promove um ambiente onde o aprendizado se torna uma luta contínua, dificultando o desenvolvimento de cidadãos críticos e conscientes. É crucial que as políticas educacionais enfrentem essas desigualdades, promovendo a inclusão e garantindo que todos os alunos recebam uma educação de qualidade que atenda às suas necessidades. Um grande obstáculo que as escolas enfrentam atualmente é a resistência a mudanças na pedagogia e no currículo. As instituições educacionais frequentemente hesitam em adotar métodos inovadores que atendam às necessidades diversas e modernas dos alunos, optando, em vez disso, por manter práticas tradicionais que podem não mais produzir resultados eficazes.

A resistência observada pode estar ligada a diversos fatores, como a formação continuada insuficiente dos professores e a pressão para aderir a padrões acadêmicos rígidos. Para desempenhar efetivamente seu papel social de promover a inclusão e a convivência, as escolas devem abraçar a inovação pedagógica, que permite uma educação mais flexível e sintonizada com as necessidades da



sociedade moderna.

Deste modo, o objetivo geral deste estudo é analisar a educação na modernidade, levando-se em consideração a análise sociológica e os desafios da escola na sociedade contemporânea.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI

De acordo com De Souza et al. (2025), a expansão da população humana e sua presença em todo o planeta, juntamente com as flutuações históricas do século passado, as trajetórias da ciência e da política, sistemas de crenças e religiões e culturas locais, criam condições onde contextos culturais globais, fatores econômicos e dinâmicas geopolíticas se entrelaçam. Isso inclui redes informacionais e informais, bem como as expressões de indivíduos e grupos, movimentos comunitários alternativos e a diversificação ou dispersão de valores, levando a heterogeneidades situacionais e culturais.

Gusmão (2022) complementa que, as diversas facetas da sociedade e os sentimentos de injustiça e desigualdade destacam a importância das subjetividades, ao mesmo tempo em que promovem oportunidades para movimentos emergentes que defendem uma sociedade mais equitativa, enfatizando a inclusão de todos em relação aos bens públicos educacionais e sociais. Dentro desse cenário dinâmico e contraditório, a educação escolar e as ações de professores que se envolvem com novas gerações estão situadas. Elementos como redundâncias, recorrências, resiliência e resistência também são evidentes. Vários desconfortos dão origem a demandas articuladas por meio de múltiplos canais, incluindo sindicatos, associações, mídia e movimentos que defendem o reconhecimento da identidade e melhores oportunidades educacionais.

Conforme assinala Quintiliano et al. (2023), existem tensões entre singularidade e multiplicidade, bem como entre o que reúne e o que divide e fragmenta. Isso inclui representações da realidade, virtualidade, marketing e a natureza desarticulada de nossas ações diárias, refletindo as experiências cotidianas das vidas humanas e as condições necessárias para sustentá-las. Essas



diferenças e tensões influenciam significativamente o desenvolvimento de crianças e jovens de novas gerações que ingressam em instituições educacionais. Atualmente, essa tensão apresenta um desafio que interrompe nossa compreensão tradicional do mundo por meio de modelos bem definidos e questiona nossa fé em grandes soluções para os problemas da humanidade.

Os resquícios da modernidade permanecem proeminentes na educação em todos os níveis e formatos, evidentes em diretrizes curriculares, distribuição de conteúdo e avaliações seja em disciplinas específicas ou por meio de avaliações nacionais e regionais. O conhecimento que permanece estagnado é frequentemente valorizado, normalmente justificado por uma forma estreita e abstrata de racionalidade. A medição da aprendizagem depende dessa racionalidade e contribui minimamente para a formação holística dos indivíduos, não intrinsecamente, mas sim em como é tipicamente aplicada.

A busca por uma formação integral e integrada na educação escolar, conforme articulada em documentos oficiais e acadêmicos, carece de respaldo em programas de formação e realidades institucionais que são impulsionadas pelas pressões de desempenho cognitivo rigoroso. A tendência predominante é de alto reprodutivismo, conceito estabelecido por Bourdieu e Passeron (2014). Por outro lado, sinais de inquietação e transformação são aparentes na vida cotidiana, particularmente na gestão escolar, no ensino e na formação de professores. Novas discussões, críticas e propostas estão surgindo no cenário educacional expansivo (Vasconcelos; Rezende; Kohls-Santos, 2023).

Luís Carlos de Menezes (2021, p.183, grifo do autor) afirma metaforicamente: “[...] o projeto escolar de ‘formação em série’ para atender à produção em massa tornou-se obsoleto [...]”, reforçando a noção de que a educação hoje está voltada para o imprevisível, o que se alinha com o que ele descreve como “uma ética da aventura” na educação um chamado para abraçar o novo e o imprevisto.

Em meio à transição social que estamos vivenciando atualmente, tanto a educação formal quanto a informal assumem um papel crucial, abordando novas exigências. Isso inclui ir além das práticas educacionais tradicionais, garantir treinamento equitativo, abraçar perspectivas multiculturais e evitar a busca por uniformidade ou homogeneidade. É essencial considerar os fundamentos das



tecnologias emergentes que influenciam as esferas social e profissional, cultivando uma consciência global que promova a libertação humana e capacite os indivíduos a fazer escolhas informadas enraizadas em valores como a valorização da vida, o autocuidado, o cuidado com os outros e a administração do planeta.

Um novo paradigma educacional surge em meio às contradições modernas. O processo de descolonização abrange a realização dessas condições, pois a colonização pode se manifestar tanto como uma dominação política e cultural externa quanto como um controle sociocultural interno exercido por certos grupos de cidadãos sobre outros, movidos por seus próprios interesses socioeconômicos.

Nesse contexto, Darcy Ribeiro (2015) visa entender a população brasileira, explorando suas origens, matrizes culturais e formação étnica em busca de insights para transcender as condições sociais prevaletentes. Além disso, os pontos de vista de Paulo Freire (1993) enfatizam o potencial de superação dos processos de dominação.

O desafio atual pode ser encapsulado na questão de se estamos satisfeitos em meramente treinar indivíduos para apertar botões e se tornarem ícones, ou se aspiramos cultivar aqueles que possuem uma compreensão profunda do conhecimento seus fundamentos, significados e importância enquanto contemplam a sustentabilidade da existência humana e da vida planetária circundante. Isso envolve enriquecer nossos espíritos, consciências, ideias e pontos de vista sobre a vida humana, pois ela intersecta e depende das condições ambientais, enfatizando o valor da vida e do bem comum.

De acordo com Oliveira e Nóbrega (2021), compreender o conhecimento junto com seus significados e valores, e reconhecer suas implicações, é um imperativo crucial e histórico para as novas gerações que buscam uma existência coletiva mais digna. Somos bilhões de indivíduos merecedores de uma vida digna, mas essa dignidade deve ser estabelecida por meio da recriação ou criação de valores sociais e da preservação essencial do nosso meio ambiente. Essas questões surgiram recentemente nas áreas da educação, ciência e política, motivadas por acontecimentos ambientais, sociais e políticos, bem como por uma maior conscientização sobre questões relacionadas à exclusão



social (e educacional), ao declínio das condições de vida e dos relacionamentos e à degradação ambiental desenfreada.

As observações persistentes sobre a ausência de significado que jovens e adolescentes transmitem sobre suas experiências educacionais servem como alertas cruciais que os educadores devem prestar atenção. Embora a escola seja valorizada como um ambiente social e um local para interações, ela representa simultaneamente um ambiente preocupante, percebido como carente de significado na maneira como suas disciplinas são ministradas tanto em termos de forma quanto de conteúdo.

Sintomas como evasão e repetência destacam essa questão. Carvalho (2017, p.1025) observa por meio de sua análise que, “[...] um dos sintomas mais claros de crise nessa área pode ser detectado pela dificuldade atual em atribuir qualquer significado existencial à experiência escolar [...]”. Isso ressalta a necessidade de conectar a educação a um esforço ético voltado para a promoção de uma vida interior, indo além das funções exclusivamente econômicas ou reprodutivas. A introdução de outro conceito disciplinar, como Projeto Vida, tem pouco valor se a dinâmica relacional dentro deste espaço continuar a refletir racionalizações abstratas que não têm relevância para crianças e jovens, especialmente à luz da excessiva fragmentação curricular evidente nas “matrizes curriculares” estruturas rígidas espelhadas nas “horas de aula”.

Alternativamente, se o ambiente que cerca a escola apresenta contradições às ações e reflexões que se desenrolam dentro deste espaço-projeto. O conceito de educação integral, que tem uma longa história, está passando por um ressurgimento. Qual a razão para isso? É porque as políticas educacionais têm se centrado predominantemente apenas no conhecimento, enfatizando classificações que carecem de análise aprofundada de seus fundamentos e implicações sociais, fomentando uma competitividade que se mostra improdutiva e insensata, e promovendo uma seletividade que contradiz princípios de equidade. Esses conflitos contemporâneos surgem das fraturas deixadas pela modernidade.



EDUCAÇÃO E FUTURO

A educação em todos os níveis é crucial para moldar novas gerações, à medida que nos preparamos para o futuro, e são os professores que têm a responsabilidade de facilitar esse desenvolvimento entre seus alunos em vários estágios de crescimento pessoal e social. Portanto, considerar e executar a educação escolar exige uma compreensão clara do papel social fundamental da educação, que informa seus objetivos e define as responsabilidades dos professores em relação a crianças, adolescentes e jovens adultos.

Nascimento e Seixas (2020) diz que, é essencial reconhecer que valores significativos não podem ser cultivados sem fundamentá-los no conhecimento seja conhecimento científico, compreensão histórica e cultural dentro de comunidades humanas ou conhecimento da natureza todos os quais carregam implicações para vidas individuais e interações sociais. Esse corpo interconectado de conhecimento promove perspectivas integradas. Os professores devem incorporar esse tipo de conhecimento e possuir as habilidades pedagógicas para apresentá-lo efetivamente a seus alunos, facilitando seu próprio desenvolvimento cognitivo. A mobilização do conhecimento, juntamente com os valores que o acompanham, está no cerne dos esforços educacionais.

De acordo com Freire (1997), é essencial motivar crianças e jovens a fazer a transição da heteronomia para a autonomia, permitindo que eles façam suas próprias escolhas e decisões baseadas em conhecimento valorizado. Essa mudança é crucial para orientar suas vidas e exercer sua cidadania, imbuindo, em última análise, o trabalho escolar com significado humano.

Em sua função, as instituições educacionais se envolvem não apenas com o reino do conhecimento e do pensamento, mas também com o domínio dos relacionamentos e emoções, abrangendo as diversas origens culturais de professores e alunos, bem como as interações entre alunos e outros envolvidos neste processo, seja direta ou indiretamente. Conseqüentemente, uma nova estrutura conceitual emerge, visualizando indivíduos sociais dentro de uma cultura, navegando em suas experiências complexas, únicas e frequentemente contraditórias em um contexto moldado



por suas realidades históricas e sociais. O objetivo da educação é reconhecer e abraçar as diferenças sociais e culturais, ao mesmo tempo em que promove um novo modo de troca entre o conhecimento que é socialmente construído e transformado.

Como profissão, a educação intervém na realidade. Conseqüentemente, sua implementação, que é inerentemente relacional, não apenas estabelece uma forma distinta de conhecimento e conhecimento, mas também produz novos conhecimentos por meio das diversas ações empreendidas. Isso resulta em uma dupla consciência de ação e educação simultaneamente.

Reconhecer isso requer uma práxis caracterizada pela diversidade simbólica, que influencia vários atores e se integra às decisões e ao conhecimento que moldam suas ações. Isso ressalta sua natureza interdisciplinar fundamental, onde múltiplas perspectivas e tipos de informação devem ser reconhecidos, compreendidos e utilizados de forma coesa em direção ao conhecimento e à compreensão, garantindo que diferenças epistêmicas e significativas não sejam apagadas nem negligenciadas.

Tais indagações são exploradas nas obras de Gatti (2007) e Menezes (2021). Nesse contexto, educar novas gerações exige uma responsabilidade ética e social para atender às suas necessidades de aprendizagem, promovendo a criação de uma vida digna para todos e, em última análise, apoiando a preservação da vida humana e da sociedade.

Nossa sociedade é complexa, caracterizada por uma gama de diversidades que devem ser reconhecidas e honradas. Por outro lado, enfrentamos desigualdades que exigem resolução, uma das quais é a disparidade educacional que serve como base para outras formas de desigualdade como aquelas relacionadas à manutenção da saúde, acesso a recursos públicos, respeito às comunidades, preservação ambiental e autocuidado, bem como cuidado com os outros.

Nem é preciso dizer que essas questões influenciam significativamente a educação fornecida em programas de graduação, que devem fornecer treinamento fundamental para o ensino na educação primária, juntamente com o desenvolvimento profissional contínuo para educadores, bem como o conteúdo geral e os métodos de instrução dos cursos de graduação. Isso também ressoa nos comportamentos dos instrutores que operam nesses ambientes.



POSSÍVEL RECONFIGURAÇÃO DOS MODELOS EDUCACIONAIS PÓS-PANDEMIA: INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS: ORIENTAÇÕES E REDES ESCOLARES

Tanto o ensino fundamental quanto o médio, abrangendo escolas e instituições públicas e privadas, estão envolvidos nesse movimento e no cenário atual da pandemia. Eles não estão imunes a conflitos, dinâmicas de poder, interesses variados e influências econômicas, bem como disparidades e desigualdades institucionais entre diferentes sistemas educacionais.

Como o Brasil opera como uma federação, cada ente federado possui responsabilidades específicas em pé de igualdade nos níveis federal, estadual e municipal, conforme descrito em nossa Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). A integração de políticas e iniciativas educacionais depende da colaboração entre os diferentes poderes do governo para desenvolver diretrizes coerentes e bem fundamentadas, ações coordenadas e várias formas de apoio. Antes da necessidade de isolamento social, enfrentamos vários desafios nessa área, que foram ainda mais intensificados pela atual emergência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), delinea as distintas responsabilidades atribuídas a cada nível de ensino. A União supervisiona principalmente o Ensino Superior, com o Conselho Nacional de Educação (CNE) encarregado de estabelecer vários padrões, diretrizes e estruturas curriculares. Embora o CNE também seja responsável pela base curricular nacional para a educação básica, a estruturação, gestão, orientação e execução de ações educacionais dentro das redes escolares neste nível recaem principalmente sobre estados e municípios.

Essas entidades, orientadas pelas diretrizes básicas nacionais, determinam seus próprios currículos e métodos operacionais, incluindo aspectos de gestão escolar, incorporação de professores, planos de carreira, suporte e muito mais.

Em termos de dinâmica e oferta da educação básica, temos um mosaico rico e intrincado, juntamente com várias políticas de ação. Ao longo desta pandemia, tanto o Ministério da Educação



quanto o Conselho Nacional de Educação emitiram inúmeras medidas e diretrizes para facilitar o funcionamento das instituições educacionais em meio ao isolamento social necessário pelas circunstâncias da pandemia.

Além disso, estados e municípios tomaram suas próprias decisões. Para o ensino superior, o nível federal estabeleceu padrões mais específicos, enquanto o Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2020) divulgou recentemente diretrizes que honram a autonomia das escolas e sistemas educacionais. Essas diretrizes oferecem recomendações relativamente detalhadas para a condução de atividades presenciais e remotas na educação básica, bem como para reorganizar calendários escolares e redesenhar currículos à luz da pandemia em curso. Isso serve como uma opinião que pode ser utilizada como uma diretriz por todos os entes federados que desejam adotá-la.

CONCLUSÃO

A pandemia obrigou crianças, adolescentes e jovens adultos a alterar seus hábitos de movimento e relacionamento, levando a uma mudança para o aprendizado remoto. Enquanto alguns se beneficiaram de condições favoráveis, incluindo acesso à Internet e dispositivos necessários como computadores, tablets ou celulares, muitos enfrentaram limitações significativas. Essas restrições incluíam a falta de conectividade ou tecnologia de Internet, como celulares pré-pagos com acesso limitado à rede ou ter apenas um telefone disponível na família.

Além disso, havia alunos que não tinham meios de utilizar os recursos tecnológicos destinados a substituir o aprendizado presencial. Somando-se a esses desafios, havia vários alunos que não podiam contar com o apoio adequado de seus pais devido a vários fatores, incluindo sua formação educacional, emprego em setores essenciais durante o isolamento ou outras circunstâncias. Além disso, ficou claro que muitos alunos dependiam de redes educacionais que não conseguiam entregar seus currículos remotamente. Essa situação também levou à suspensão de componentes curriculares, incluindo atividades práticas, trabalho de laboratório, trabalho de campo e estágios no



ensino profissionalizante secundário.

Surgiram dificuldades em relação a várias questões, incluindo o treinamento e as condições dos professores para o ensino remoto, a implementação de mídia, a criação de métodos para o engajamento ativo dos alunos, a promoção de atividades colaborativas e até mesmo a avaliação do desempenho dos alunos. Existem inúmeras dúvidas e preocupações sobre o atendimento fornecido a crianças pequenas que frequentam creches e pré-escolas, bem como aquelas que estão começando a aprender a ler e a escrever. Isso é particularmente importante quando se consideram as necessidades e circunstâncias específicas dessas faixas etárias, juntamente com a inadequação de metodologias de ensino à distância exaustivamente pesquisadas e estabelecidas, adequadas para esses estágios educacionais, especialmente dadas as limitações no uso de dispositivos entre crianças pequenas. Além disso, deve-se levar em consideração a vulnerabilidade social enfrentada por muitas dessas crianças. Há uma falta de soluções eficazes nesta situação urgente para o vasto número de crianças matriculadas em escolas públicas, e a provisão para aquelas que precisam de atenção especial também tem sido atendida com alternativas inadequadas.

Embora certas estratégias tenham sido implementadas para preservar as conexões dos alunos com suas instituições educacionais, professores e colegas enfrentaram desafios significativos. Isso incluiu a experiência de estudar e aprender novos materiais curriculares em isolamento, com suporte prejudicado pelo ambiente remoto, dificuldades em manter a atenção e a concentração e estresse entre os alunos decorrente do isolamento. Esse estresse foi exacerbado por uma quantidade avassaladora de conteúdo entregue e o tempo excessivo gasto em frente a telas de computador ou outros dispositivos digitais.

Do mesmo modo, as interações foram diminuídas devido ao esforço comunicativo necessário, e a ausência de calor nos relacionamentos presenciais contribuiu para a situação. Os professores também experimentaram estresse pela rápida demanda por novas metodologias, a preparação de aulas virtuais que exigiram mudanças nas abordagens didáticas e o desafio de gerenciar ferramentas técnicas desconhecidas em sua rotina.



É essencial reconhecer que esse ambiente tem repercussões emocionais para todos os envolvidos, embora em graus variados. Além disso, as ambiguidades em torno da experiência de isolamento e a doença central para a pandemia desempenham um papel; existe um medo consciente ou subconsciente de contágio, ansiedade sobre o isolamento de colegas e amigos, preocupações quanto à compreensão do material escolar e desempenho, uma sensação de pressão e demanda, e sentimentos de exaustão pela atenção prolongada necessária durante as sessões de vídeo. Isso pode levar até mesmo à rejeição de estudos devido às limitações de possíveis interações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 mar. 2025.

DE SOUZA, Rodrigo Rodrigues; JUNIOR, Luiz Carlos Victorino de Souza; VASCONCELOS, Maristela Inês Osawa; OLIVEIRA, Eliany Nazaré; ZANIN, Loise Elena. Competências socioemocionais baseadas em mindfulness, estresse no trabalho e variáveis sociodemográficas: um estudo com professores. *ARACÊ*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 2423–2433, 2025.

FREIRE, Paulo. *Política e Educação: ensaios*. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1993.

GUSMÃO, Fábio Alexandre Ferreira; AMORIM, Simone. Dimensão da desigualdade educacional no ensino médio: uma reflexão com base no princípio de qualidade e equidade. *Revista Exitus*, v.12, July. 2022.

MENEZES, Luís Carlos de. *Novo Ensino Médio de bolso: A BNCC e nova lei*. Itajaí: Editora do Brasil, 2021.

NASCIMENTO, Kelen Braga do; SEIXAS, Carlos Eduardo. O adoecimento do professor da Educação Básica no Brasil: apontamentos da última década de pesquisas. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 36, 22 de setembro de 2020.

OLIVEIRA, Francisco Lidoval de; NÓBREGA, Luciano. *Evasão escolar: um problema que se*



perpetua na educação brasileira. Revista Educação Pública, v. 21, nº 19, 25 de maio de 2021.

QUINTILIANO, Julian Gonçalves; ANTONIASSI J'ÚNIOR, Gilmar; DE ARAÚJO MENDES SILVA, Luciana. Síndrome de burnout em professores: um olhar para literatura com ênfase na necessidade de intervenção. Psicologia e Saúde em debate, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 66–84, 2023.

SILVA Jerônimo Cavalcante Dantas da; SILVA, Rosania Pereira da; SOUSA, Ivanilde Alves dos Reis. As contribuições de émile durkheim para a educação: uma análise dos seus princípios e impactos. Ciências Sociais Aplicadas, v.28 – 137 ed. /ago, 2024.

VASCONCELOS, N. M.; REZENDE, R. de C. de A.; KOHLS-SANTOS, P. . Gamificação – uma possibilidade de engajamento e protagonismo dos estudantes. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, Brasil, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 09–20, 2023.

